EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL
RELATOR(A) DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE
DO SUL

Processo nº TRE-RS-PCE-0603185-37.2022.6.21.0000

INTERESSADO: ELEIÇÃO 2022 RODRIGO DE OLIVEIRA SANTIAGO DEPUTADO
FEDERAL E OUTROS.

PARECER

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA À ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2022. LEI Nº 9.504/97, ART. 30. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019, ART. 74. PARECER CONCLUSIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA DO TRE/RS PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. PAGAMENTOS IRREGULARES. DESPESAS SEM COMPROVAÇÃO. GASTOS COM PESSOAL. AUSÊNCIA DE CONTRATOS E DA DESCRIÇÃO ADEQUADA DAS ATIVIDADES. PARECER PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS, COM A DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DA QUANTIA IRREGULAR AO TESOUREIRO NACIONAL

I - RELATÓRIO.

Trata-se de prestação de contas, apresentada pelo(a) candidato(a) em epígrafe, na forma da Lei nº 9.504/97 e da Resolução TSE nº 23.607/2019.

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RS, conforme Parecer Conclusivo anexado aos autos, recomendou a desaprovação das contas.

Realizado o exame das contas (ID 45440206), o(a) candidato(a) foi intimado(a), mas não se manifestou. Sobreveio então parecer conclusivo, o qual manteve apontamentos que totalizaram R\$ 18.000,00 (ID 45478754).

Vieram os autos a esta PRE para apresentação de parecer.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

O item 4.1 do parecer conclusivo aponta a existência de irregularidades na comprovação de gastos com recursos do FEFC, no valor total de R\$ 18.000,00.

De acordo com a tabela elaborada pela Unidade Técnica, foi constatada a ausência ou insuficiência da comprovação de gastos em relação a despesas de publicidade eleitoral e com a contratação de pessoal para prestação de serviços de militância, em um total de 10 operações, não tendo sido apresentado documento fiscal ou contrato que comprove a regularidade das despesas.

A ausência de esclarecimentos pelo candidato quanto à relação contratual que justificaria os gastos e/ou a sua pertinência com as atividades de campanha impede a certificação da regularidade dos valores despendidos. A existência de pagamentos sem a apresentação dos respectivos instrumentos contratuais impossibilita a verificação da natureza dos serviços prestados.

Cumprе salientar que, em relação às despesas com RIAN ZAMBAN PESCADOR, CNPJ 33.000.896/0001-68, que teria prestado serviços de militância (R\$ 3.000,00), publicidade por materiais impressos (R\$ 3.000,00) e produção de jingles, vinhetas e slogans (R\$ 500,00), há três notas fiscais registradas no Divulgacand, mas que não permitem o acesso ao seu teor.

Ademais, não foram apresentados contratos em relação às atividades de militância declaradas pelo candidato no SPCE. A existência de pagamentos sem a apresentação dos respectivos instrumentos contratuais impede a verificação da natureza dos serviços prestados, e a ausência das informações relativas às condições de trabalho, como local das atividades, horas trabalhadas, atividades executadas e justificativa do preço contratado, impossibilita a fiscalização da correta utilização dos recursos públicos oriundos do FEFC, descumprindo o que estabelece o art. 60 c/c o art. 35, §12, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

Assim, devem ser mantidas as irregularidades apontadas no parecer conclusivo.

O total dos **pagamentos irregulares atinge o valor de R\$ 18.000,00**, o qual deve ser recolhido ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/19.

A soma das irregularidades identificadas (R\$ 18.000,00) corresponde a 81,49% da receita total declarada pelo candidato (R\$ 22.086,00), impondo-se a desaprovação das contas e a determinação de recolhimento da quantia irregular ao Tesouro Nacional.

III - CONCLUSÃO.

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pela desaprovação das contas e pela determinação de recolhimento do valor de R\$ 18.000,00 ao Tesouro Nacional.

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.

JOSE OSMAR PUMES
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL